

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

FRANCISCO ALVES DA FONSECA E GONÇALO

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO RURAL OFICIAL
NO ESPAÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Bagé
2015**

FRANCISCO ALVES DA FONSECA E GONÇALO

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO RURAL OFICIAL
NO ESPAÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientadora: Dr.^a Gilnara da Costa Correia Oliveira

**Bagé
2015**

FRANCISCO ALVES DA FONSECA E GONÇALO

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO RURAL OFICIAL
NO ESPAÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 16 de dezembro de 2015.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Gilnara da Costa Correia Oliveira
Orientador
Universidade Federal do Pampa

Prof.^ª Dr.^a Claudete da Silva Lima Martins
Universidade Federal do Pampa

Prof. Dr. Alessandro Bica
Universidade Federal do Pampa

AGRADECIMENTO

A Prof^a. Dr.^a Gilnara da Costa Corrêa Oliveira pela orientação e apoio na realização do trabalho de conclusão de curso.

“O Rio Grande do Sul vive de esquizofrenia: a cada quatro anos troca de ideologia, de método e de programa.”

(Juremir Machado da Silva, 2015)

RESUMO

Neste trabalho, procurei discutir o processo de educação não formal, no âmbito da extensão rural, e busquei responder a seguinte questão de pesquisa: Como se dá a apropriação do conhecimento por parte dos agricultores familiares, sujeitos investigados? O presente estudo teve como base científica a educação não formal e a extensão rural. A metodologia empregada foi caracterizada como uma pesquisa social descritiva que se utilizando de uma metodologia científica permitiu estudar um grupo social, ou seja, agricultores familiares. Para tanto, como instrumento realizei entrevistas com membros das famílias de agricultores em oito unidades de produção, em comunidades rurais do município de Bagé/RS. E após dividiu-se em categorias buscando compreender a produção social do grupo profissional em questão, sendo estas: Atividade Econômica na Propriedade, Políticas Públicas para Produção Rural, Avaliação do Produtor, A Visão da Extensão Rural Atual e a A Educação Não Formal. Concluo afirmando que: O serviço de extensão rural é realizado pela EMATER/RS. Há uma tensão no papel do extensionista, no processo de desenvolvimento rural, entre pautar pela estratégia difusionista, transferência de tecnologia, de extensão rural e a proposta dialógica, uma relação social em que as pessoas envolvidas dialogam e comunicam. Acreditamos que cada um tem a capacidade de refletir sobre suas próprias experiências e concepções em termos de intervenção pedagógica. Evidentemente, a própria forma com que expressamos nossas reflexões determina um assumir postura, pois não existe neutralidade. Concluímos que a apropriação do conhecimento nasce de uma solução – problema, ou seja, o agricultor necessita resolver um problema seja por motivação espontânea ou induzida (extensionista) e pela modificação consciente da conduta através de um processo cumulativo de conhecimentos e de experiências.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Educação Não Formal. Extensão Rural.

RESUMEN

En este trabajo, traté de discutir el proceso de la educación no formal dentro de la extensión, y he tratado de responder a la siguiente pregunta de investigación: ¿Cómo afecta la apropiación del conocimiento por los agricultores, los sujetos investigados? Este estudio se basa científicamente la educación y la extensión no formal. La metodología se caracteriza por ser una investigación social descriptiva utilizando una metodología científica nos permitiu estudiar un grupo social, es decir, los agricultores. Con este fin, como un instrumento a cabo entrevistas con los familiares de los agricultores en ocho plantas de producción en las comunidades rurales en el municipio de Bagé / RS. Y después de que el análisis de contenido se divide en categorías con el fin de entender la producción social del grupo profesional de que se trate, que son: la Actividad Económica en la Propiedad, Políticas Públicas para la Producción Rural, Evaluación Productor, La Visión de Extensión Rural actual y la Educación no formal. Concluyo diciendo que: El servicio de extensión se lleva a cabo por EMATER/RS. Hay tensión en el papel de la extensión en el proceso de desarrollo rural, guiado por entre la estrategia difusionista, transferencia de tecnología, la extensión rural y el diálogo propuesto, una relación social en el que las personas involucradas en el diálogo y la comunicación. Creemos que todo el mundo tiene la capacidad de reflexionar sobre sus propias experiencias y concepciones en cuanto a la intervención pedagógica. Por supuesto, la propia forma en que expresamos nuestros pensamientos determina una actitud a tomar porque no hay neutralidad. Llegamos a la conclusión de que la apropiación del conocimiento nace de una solución - problema, es decir, el agricultor necesita para resolver un problema es por la motivación espontánea o inducida (extensión) y consciente de la modificación de la conducta a través de un proceso acumulativo de conocimientos y experiencias .

Palavras Clave: Agricultura Familiar. Educación No Formal. Extensión Rural.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
- AIA - Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico
- ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMATER-RS – Associação Riograndense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- ONG – Organização Não Governamental
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
- SISPLAN – Sistema de Planejamento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Justificativa	11
1.2	Objetivos.....	12
1.2.1	Objetivos Gerais.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1	Histórico da Extensão Rural	13
2.2	Agricultura Familiar	15
2.3	EMATER/RS-ASCAR.....	15
2.4	Educação Não Formal	16
2.5	Pedagogia Social (Autonomia)	17
3	METODOLOGIA	19
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
4.1	Atividade Econômica na Propriedade	21
4.2	Políticas Públicas para Produção Rural.....	22
4.3	Avaliação do Produtor.....	23
4.4	A Visão da Extensão Rural Atual	24
4.5	A Educação Não Formal	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICE	31

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é produto de uma reflexão conjunta, orientadora e orientando, que entenderam a conveniência de estudar a relação da prática extensionista com a educação, investigando como ocorre a apropriação do conhecimento por parte do agricultor familiar, sujeito investigado, através da extensão rural como educação não formal, nas comunidades rurais do município de Bagé, RS.

Conforme relata Fonseca (1985) os princípios da extensão rural vieram dos Estados Unidos e as primeiras experiências no Brasil ocorreram em Minas Gerais, no final da década de 40. A extensão era então vista como um sistema educacional que visava levar aos habitantes do meio rural, conhecimentos e informações necessários à melhoria do seu nível de vida, ou seja, como um instrumento de modernização da agricultura tradicional. Desde então tornou tema obrigatório para aqueles que se interessam pelo mundo rural e pela educação.

A história da extensão rural do Rio Grande do Sul é contada há 60 anos, seguindo a promoção do desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, buscando a melhoria da qualidade de vida, da segurança alimentar e soberania alimentar e da geração de emprego e renda da atividade.

Nos últimos anos, foi muito crescente o debate sobre o papel da agricultura familiar e o desenvolvimento rural no crescimento nacional. No entanto fortalecer a agricultura familiar como expressão social, econômica e política, significa discutir o modelo de desenvolvimento do mundo rural, com todos os seus impactos sobre a área urbana. (FLORES, 2002).

Entre as competências da Extensão Rural estão os processos educativos, para isso é importante que se resgatem os procedimentos metodológicos que regeram as estratégias difusionistas de tecnologias ao longo desses anos bem como examinar a tendência pedagógica progressista da educação com ênfase para o modelo de enfoque sistêmico.

A crítica ao extensionismo convencional se iniciou com Paulo Freire, nos anos 60. Na obra *Extensão ou comunicação?* Freire faz uma revisão do significado da extensão rural desde a questão semântica e analisa criticamente os modelos difusionistas e de comunicação propostos como instrumentos para a difusão dos pacotes tecnológicos e mercadológicos de empresas que trabalham com difusão de inovações; estão inseridas neste contexto a questão da Revolução Verde e da Revolução Biotecnológica, e suas consequências sociais, econômicas e estruturais para os países em desenvolvimento.

Freire apresenta a origem da palavra extensão como: estender algo a alguém, e a partir dessa análise vai apresentando toda a proposta de dominação, superioridade, e invasão cultural que o termo apresenta. Desta forma, o termo extensão não coincide e não corresponde a um fazer educativo libertador do Agrônomo como extensionista. Pois, dentro da perspectiva humanista o papel dos homens é serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam.

Há uma tensão entre estabelecer diálogos, o que demanda tempo, e a necessidade de aumentar a produtividade da agricultura. Segundo Freire, essa é uma objeção comum dos técnicos às propostas dialógicas: “seus resultados são lentos, duvidosos, demorados. Sua lentidão, apesar dos resultados que pudesse produzir não se concilia com a premência do país no que diz respeito ao estímulo à produtividade” Freire (1988, p. 45).

Freire relata sobre a necessidade a importância da reflexão sobre si mesmo e de sua própria realidade e a necessidade da práxis – a sua prática sendo refletida, para que o sujeito possa sair da mera opinião para o verdadeiro saber. Assim para o autor, não se pode confundir extensão com educação. A educação necessita de humanidade e humanismo.

O referido autor teve toda uma preocupação em mostrar a origem e o conceito da palavra extensão e o papel do agrônomo como educador. Mostrar como o conhecimento é gerado entre os homens em uma relação social, onde existem vários sujeitos que pensam, dialogam e comunicam, os quais através dessas ações constroem o mundo (cultura história) e constroem a si mesmos. Freire (1998) diz: “Não há pensamento isolado, na medida que, não há homem isolado”. Assim, o mundo humano é um mundo da comunicação, e comunicação se dá através de sujeitos co-participantes que apresentam reciprocidade entre si.

1.1 Justificativa

O Trabalho de conclusão de curso foi realizado pela minha trajetória profissional como engenheiro agrônomo na EMATER/RS, em outubro de 2000, sendo designado para atuar no município de Hulha Negra, tendo como público prioritário agricultores familiares e da reforma agrária e realizando as políticas públicas que o governo do Estado desenvolve para este setor. A partir de janeiro de 2013 fui transferido para o escritório municipal da EMATER/RS de Bagé.

A temática deste trabalho foi estudar a realidade de um grupo social, com a finalidade de identificar mecanismos, que permitam, a partir da análise e informações, avaliar a contribuição pelo serviço de extensão rural oficial, EMATER/RS, na educação não formal.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Discutir como ocorre a apropriação do conhecimento por parte do produtor através da extensão rural como educação não formal, no município de Bagé, RS.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Avaliar a contribuição pelo serviço de extensão rural oficial, EMATER/RS, na educação não formal.
- Analisar junto ao grupo social, a hierarquização e validação de propostas de ações de extensão rural.
- Entender o fazer pedagógico aplicado no processo ensino aprendizagem por meio da extensão rural.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Histórico da Extensão Rural

O serviço de assistência técnica e extensão rural no País foram instituídos ao longo das décadas de 50 e 60, seguindo um modelo clássico de difusão de tecnologia e difundido pelo governo norte-americano, após a Segunda Guerra Mundial, nos países da América Latina. Nesse modelo unilateral, há transferência de tecnologia da pesquisa para o agricultor com o objetivo de promover mudanças no modelo existente (Fonseca, 1985).

Nos estados são criadas associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 1956. Eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros (Peixoto, 2008).

Na sequência, conforme relata Peixoto (2008),

No contexto da polarização política, econômica e militar da Guerra Fria, a criação das associações deveu-se, sobretudo, a incentivos da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA) entidade filantrópica ligada à família Rockefeller, então muito próxima do governo americano. A primeira Acar foi criada em Minas Gerais, em 06/12/1948, depois de gestões de Nelson Rockefeller junto ao governo mineiro. Juscelino Kubitschek, baseado nos bons resultados obtidos pela Acar-MG, assinou em 1954 um acordo com o governo norte-americano e criou o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), visando uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs) foram criados em cada estado, nos anos seguintes, tendo em muitos casos sido os embriões de cada Acar no respectivo estado. (PEIXOTO, 2008, p.18)

O modelo de serviços de Ater institucionalizado no Brasil foi o público e gratuito, e alcançou seu auge na década de 70 e início dos 80, durante a modernização da agricultura, em associação às políticas de crédito rural e pesquisa agropecuária. Todavia, a década de 80 foi marcada por mudanças na política agrícola, privilegiando outros instrumentos de fomento à agropecuária, e pela redução da disponibilidade dos recursos governamentais para o crédito rural e para o serviço de ATER, deflagrando uma crise no SIBRATER. O contexto neoliberal dos anos 80 e a economia de gastos públicos, face à crise fiscal do Estado, culminaram com a extinção da EMBRATER, em 1990, coordenadora do Sistema, acentuando a crise das entidades estaduais de Ater.

Já no período da Nova República a crítica à extensão convencional ganhou novos contornos quando passaram a se destacar duas grandes correntes: a da privatização e/ou transferência do serviço para municípios, ONGs, e aquela que seguiu defendendo a necessidade de uma extensão rural pública, gratuita e de qualidade para a agricultura familiar. No final dos anos 90 estava claro que era desnecessário uma ATER pública para transferir pacotes tecnológicos aos agricultores. Além disso, o passado mostrava que a metodologia de intervenção no processo de desenvolvimento rural deveria pautar pelo respeito às experiências históricas, valores culturais e éticos, assim como às diversidades étnicas e ambientais das comunidades rurais.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA, passou em 2003 a ser o principal responsável pelas políticas voltadas para a ATER, conforme atesta Peixoto (2008):

Não obstante esse papel assumido pelo MDA, o Ministério da Agricultura também possui atribuições regimentais em relação a Ater e o próprio site na Internet do Mapa reitera que em sua Missão institucional está, dentre outros objetivos, a assistência técnica e extensão rural, embora não se conheça registro de ações programáticas recentes deste Ministério nesse campo (PEIXOTO, 2008, p.43).

Portanto a extensão rural desde sua criação é caracterizada por processos de mudanças. Como instituição, como prática e como princípios, orientações metodológicas e orientações estratégicas, responde as proposições de modelos econômicos e de políticas de desenvolvimento.

A extensão rural faz uso de métodos pedagógicos construídos e consagrados ao longo do tempo. Sucintamente, os métodos tradicionais de Ater se dividem em:

1. Individuais: visita técnica, contato pessoal, unidade de observação (experimento na propriedade rural);
2. Grupais: reunião (palestra ou encontro, conferência), demonstração prática (de técnicas ou métodos), demonstração de resultados (de alguma inovação), unidade demonstrativa, curso, excursão, dia de campo, dia especial, propriedade demonstrativa;
3. De massa: exposição ou feira, semana especial, concurso, campanha.

Os métodos de extensão não devem ser confundidos com os meios ou veículos de comunicação utilizados no trabalho extensionista (cartas circulares, cartazes, folders, rádio, álbum seriado, folhetos, revistas, jornais, televisão, etc.).

Outros métodos de extensão têm sido desenvolvidos como, por exemplo, os chamados diagnósticos participativos que envolvem a participação direta da população. Constitui num

processo onde os agentes externos buscam não apenas a identificação dos problemas de uma área, mas principalmente a compreensão, na perspectiva da população que ali vive um melhor conhecimento desta população.

2.2 Agricultura Familiar

O presente trabalho é destinado a estudar a realidade de um grupo social, avaliando à contribuição pelo serviço de extensão rural oficial, EMATER/RS, na educação não formal, cabendo, portando, apontar que grupo social, ou seja, conceituar a agricultura familiar.

O conceito de agricultura familiar, segmento majoritário e heterogêneo da agricultura é relativamente recente no Brasil. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor. O estabelecimento familiar têm duas características principais: a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar.

Segundo Lamarche (1998) um produtor agrícola familiar é aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, na qual a propriedade e o trabalho estão estreitamente ligados à família. Essas unidades agrícolas familiares são fortemente diversificadas por causa dos diferentes modelos de referência, de um contexto socioeconômico variado, das condições naturais e da história de sua evolução.

Neste contexto, a agricultura familiar deixa de ser vista apenas como produtora de bens econômicos e passa a ser percebida também como responsável pela conservação da natureza, pela ocupação social de um território, entre outros.

As políticas públicas destinadas à agricultura familiar destacam a Previdência Social e o Pronaf. A previdência é a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros. Outro dado importante é a importância dos benefícios da previdência para a economia de muitos municípios brasileiros, principalmente nas regiões mais pobres.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf, é uma conquista dos movimentos sociais e sindicatos dos trabalhadores rurais nas últimas décadas. O programa através do acesso ao crédito incentiva os agricultores a investir e acreditar no potencial de suas propriedades, a fim de permanecerem no campo e, conseqüentemente, gerarem uma reprodução social e econômica através da agricultura familiar.

O surgimento desse programa representa o reconhecimento e a legitimação do estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares - que até então era designada por termos como pequenos produtores , produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER, CAZELLA E MATTEI, 2004,p.21)

2.3 EMATER/RS-ASCAR

A pesquisa tem como propósito a avaliação da contribuição do serviço de extensão rural oficial, EMATER/RS, busca-se assim, traçar um histórico desta instituição desde a sua fundação até o momento atual.

A fundação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, ASCAR, no Rio Grande do Sul ocorre em 1953, após a assinatura de um convênio entre os governos norte-americano e brasileiro, para a criação dos Escritórios Técnicos de Cooperação entre os dois países.

A extensão era desenvolvida por um técnico em Ciências Agrárias e uma técnica capacitada a atuar no campo da “Economia Doméstica”. Nesta época foram criados cursos de Economia Doméstica em Viçosa, Pelotas e Rio de Janeiro para formarem profissionais voltados para a Extensão Rural (EMATER/RS, 2002).

Em 1975 o Governo Federal através de decreto criou o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural — SIBRATER, promovendo nos Estados a criação das Empresas Públicas Estaduais, as EMATERES, em substituição as ACARES como condição a participação no SIBRATER e no repasse de recursos federais, na época a principal fonte de financiamento. Como consequência foi criada no Rio Grande do Sul, em 1977, a Associação Riograndense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/RS, porém, como associação civil de direito privado mas seguindo em seus estatutos o modelo preconizado pelo Governo Federal. A EMATER-RS assumiu a tarefa de incorporar ou integrar os organismos que atuavam no campo da assistência técnica, para evitar a dispersão de esforços e de recursos, em várias instituições. Assim numa primeira etapa incorporou a ASCAR.

Ao contrario do que preconizava o modelo do Governo Federal de extinção das ACARES, entre elas a ASCAR, substituindo pelas EMATER/RS, a ASCAR foi mantida, especialmente pela sua condição de entidade filantrópica com isenção da contribuição patronal para o INSS o que representa considerável economia de recursos. A EMATER-RS e a ASCAR firmaram em 1980 um protocolo de operacionalização conjunta no qual os empregados pertencem a ASCAR e as duas instituições operacionalizam os seus programas possuindo os mesmos objetivos e missão.

Hoje a EMATER/RS-ASCAR esta presente em 497 municípios, com 12 escritórios regionais e um escritório central. Além de 43 postos de classificação e 8 centros de formação. São cerca de 2.500 empregados sendo cerca de 25% com formação superior em ciências

agrárias (engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, veterinários, zootecnistas) e 25 % com formação em nível médio (técnicos agrícolas). No que se refere à área social, as extensionistas de bem estar social correspondem a aproximadamente a 18% do total dos empregados.

2.4 Educação Não Formal

Considera-se a educação não-formal uma das formas educativas existentes no campo da pedagogia social.

Gohn (2006, p.2) aborda a educação não-formal como um processo com várias dimensões tais como: “(...) a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades(...)”.

Quando tratamos da educação não-formal é necessário diferenciar da formal. A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados.

De acordo com Gohn (2006, p.2) educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.

Enquanto na educação formal sabemos que o educador são os professores, na não-formal, o educador é o outro, aquele com quem interagimos ou nos integramos. O espaço localiza-se, na não-formal, em territórios que de vida dos indivíduos e grupos, em locais informais, em locais onde há processos interativos intencionais. Há uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Na educação não-formal seus objetivos se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Ela poderá produzir uma série de resultados, tal como: o resgate do sentimento de valorização de si próprio, o desejo de lutarem para ser reconhecido como iguais dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.).

Observa-se que o profissional de extensão era aquele capaz de desenvolver as habilidades necessárias para transferir conhecimentos aos agricultores, atuando de maneira a fazê-los adotar aquelas orientações tidas como superiores. O conhecimento dos agricultores era tido como obsoleto e eles mesmos eram vistos como atrasados e responsáveis pelo atraso da sociedade.

Já o novo profissional da Extensão Rural mais que um simples difusor de pacotes tecnológicos intensivos em capital precisa reconhecer que entre os agricultores e suas famílias

existe um saber, um conjunto de conhecimentos tão importante quanto os nossos conhecimentos.

2.5 Pedagogia Social (Autonomia)

Pensar extensão rural pressupõe trabalhar o processo de formação rural através de uma pedagogia crítica que facilite a construção de novos conhecimentos, percebendo o contexto social ao qual se está inserido. Adotando essa posição, é possível fazer a interface entre o saber acadêmico e o saber popular, construindo assim uma relação de criticidade e de intercâmbio de experiências.

Só existe ensino quando este resulta num aprendizado em que o aprendiz se tornou capaz de recriar ou refazer o ensinado, ou seja, em que o que foi ensinado foi realmente aprendido pelo aprendiz (Freire, 1996).

Cada indivíduo possui um determinado acúmulo de experiências, que se constituem numa bagagem diferenciada, conquistada através do enfrentamento e superação de desafios.

Em seu livro pedagogia da autonomia, Freire (1996) faz a afirmação:

“(...) nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinando, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinando, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos.” (FREIRE, 1996, p.14)

Portanto educador e educandos, lado a lado, vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber.

De acordo com Paulo Freire (1996), a educação libertadora questiona concretamente a relação do homem com a natureza e com os demais homens, com o intuito de transformar as relações existentes, constituindo-se assim de uma educação crítica, não alienada dos fatores sociais, políticos e econômicos determinantes do comportamento da sociedade.

3 METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou por uma pesquisa social descritiva que se utilizando de uma metodologia científica permitiu estudar um grupo social, agricultores familiares. A investigação deu-se por entrevista, instrumento de pesquisa, abordando um aspecto da realidade (objeto) no sentido de descrevê-la e posteriormente realizar a análise de conteúdo. Analisar a fala dos entrevistados “dialogar com as falas”.

Gil (1999) define pesquisa descritiva de maneira genérica:

“As pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.”(GIL, 1999,p. 44)

Para interpretar os dados, foi empregada a análise de conteúdo que, para Minayo, (2008, p.303) significa mais que um procedimento técnico: “faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais”.

Os dados obtidos foram desdobrados em categorias, buscando compreender a produção social do grupo profissional em questão. A descrição do estudo apoiou-se nos dados coletados por meio das entrevistas e na fundamentação teórica que permitiu trabalhar com diferentes realidades vivenciadas pelos agricultores familiares participantes da pesquisa.

Para se desenvolver uma pesquisa, é indispensável selecionar o método de pesquisa a utilizar. Foi adotada uma abordagem qualitativa que não se preocupou com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

É importante destacar, contudo, que na abordagem qualitativa e descritiva de pesquisa, pela qual se optou no presente trabalho, a investigação foi baseada na indução e na descrição. Portanto, nessa pesquisa, o referencial teórico não constituiu um modelo ou arcabouço teórico predefinido para interpretação da realidade. Ao invés disso, teve por objetivo apresentar uma discussão conceitual e das questões estratégicas organizacional da extensão rural pública.

Não se pode descuidar das questões éticas da pesquisa, portanto foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido onde os sujeitos tiveram ciência dos objetivos da pesquisa e procedimentos adotados.

A metodologia da pesquisa foi pautada nas técnicas de análise bibliográfica e entrevista com oito (08) agricultores familiares, sujeitos da pesquisa, selecionados aleatoriamente entre as famílias cadastradas no sistema de planejamento informatizado, SISPLAN, origem de todas as informações relacionadas às atividades de assistência técnica e extensão rural – ATER, entre as vinte e seis comunidades rurais do município de Bagé/RS.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Procurando entender à produção social do grupo em questão, agricultores familiares, foi realizada a investigação por meio de entrevista. Na sequência procedeu-se a construção e análise dos resultados e estabelecemos algumas categorias, como resultado de várias leituras das informações. Os entrevistados na sua maioria possuem o grau de instrução de ensino fundamental, sendo dois agricultores com formação de ensino superior.

4.1 Atividade Econômica na Propriedade

Procuramos entender inicialmente quais as atividades executadas nas propriedades dos entrevistados. Pelas informações obtidas, constatamos que das atividades destinadas ao mercado, à criação de gado leiteiro é uma das atividades econômicas, se não a principal, presente nas propriedades rurais dos entrevistados.

Esta atividade de inserção no mercado desempenha papel relevante no desenvolvimento econômico e social do estado gaúcho e em especial para as unidades de produção familiar pela obtenção de renda e utilização da mão de obra existente na propriedade¹.

Ainda em relação às informações coletados nessas unidades, podemos afirmar que se caracterizam pela diversificação de atividades para o mercado, assim gerando em mais uma fonte de renda.

Entendemos que a principal vantagem da diversificação de atividades está na redução de riscos e incertezas de uma exploração agrícola referente ao clima, mercado e como também para produção de auto-sustento familiar.

Vale lembrar que neste segmento de agricultura familiar estão caracterizados a gestão e trabalho predominantemente familiar.

Selecionamos três depoimentos que evidenciam a atividade leiteira, a diversificação e a produção de auto-sustento:

A principal atividade é produção de leite, mas pendurado a isso tem criação de porcos, galinhas, horta, pomar e o carro chefe é produção de leite. E1

¹ Na concepção de Andrioli (2008), na agricultura familiar, o próprio trabalho da família é responsável pela geração de valor, o que a diferencia da agricultura patronal, na qual há uma relação típica de exploração de trabalho alheio de empregados ou trabalhadores assalariados.

É pecuária né, envolvendo gado de corte, ovino, caprino e agricultura de subsistência no caso produção de milho e alguma pastagem. E3

Trabalho com leite, produção de leite e com semente de olerícola, e produção de melão para fruta é o que mais faço. E2

4.2 Políticas Públicas para Produção Rural

Percebemos que há um descontentamento geral no depoimento dos entrevistados quando questionados os serviços prestados pela administração municipal, principalmente, no que diz respeito para a falta de manutenção e conservação de estradas, pois além de ser o meio de escoamento da produção, de transporte escolar é o meio de ligação com a cidade. Também os entrevistados fizeram referência para a falta de acesso à saúde, ao crédito, a inexistência de abastecimento de rede de água e ao lazer.

Os trechos abaixo são representativos dessa categoria:

(...) a gente não tem rede de água que é muito importante em época de seca a gente não tem água é complicado de trabalhar e também na área de estradas condições de melhoria de estrada que as vezes fica precária a coisa fica difícil de se trabalhar é isso e na área da saúde tem coisa precisa mais médico para atender que as vezes as pessoas vão aqui do meio rural para o centro da cidade e não conseguem consultar é difícil o atendimento aqui é de quinze em quinze dias o atendimento que é feito hoje aqui na comunidade tem um posto mas não é todos os dias ,não é sempre. E2

(...) nos temos estradas ruim, a água é uma dificuldade quando chega no verão tá, quando chega no inverno é tudo demais, as estradas terminam os campos molham tu não consegue nada nem aterro pro caminhão de leite entrar na prefeitura vou citar a prefeitura que é o órgão gestor. E5

Entendemos que o problema para a falta de uma ação do Estado na efetivação de infraestrutura, de acesso aos serviços básicos e de saneamento, abastecimento de água, no meio rural, situação que comparando a situação dos habitantes do meio urbano e rural evidencia a desigualdade dos serviços prestados e proporcionam o desestímulo das famílias de permanecer no campo.

Outro problema é o envelhecimento da população rural, a divisão entre os membros na sucessão rural e com isso a redução da área de terra suficiente para o trabalho e deparamos com a situação e perspectivas dos jovens.

O tema da juventude rural é recente bem como a formulação de políticas públicas frente às reivindicações dessa categoria social nas áreas da inclusão digital, geração de trabalho e renda visando a optar pela realização de seus projetos de vida no campo. Opinião que pode ser constatada no depoimento abaixo:

(...) os pequenos proprietários que são os que mais fixam no campo, que moram realmente na propriedade, eles tem pouca condição econômica de adquirir terra então em geral filhos acabam indo embora procurando uma melhor condição de vida, então é necessário haver de uma política pública voltada atender essa necessidade, dessa população jovem que nascendo no campo e que esta abandonando porque não tem condições de subsistência na zona rural. E3

4.3 Avaliação do Produtor

No que diz respeito à avaliação constatamos que todos os entrevistados reconhecem a qualidade do serviço da extensão rural realizado pela EMATER/RS, porém mencionam que há necessidade de ampliação no quadro técnico de campo face à demanda de ações, como pode ser percebido nos depoimentos selecionados abaixo:

“Bom, o serviço realizado pela EMATER pra mim é muito bom, uma pena que eles têm pouco funcionários, deveria ter mais pro serviço ser, seria bem melhor, mais avançado”. E3

Eles tem poucos técnicos e as vezes não conseguem atender diretamente todas as propriedades, talvez se tivessem mais técnicos poderia facilitar as coisas. E2

Frente às mudanças sociais vinculadas há um novo desenho de ocupação do espaço territorial, que potencializa o urbano, em detrimento do rural, provocando um esvaziamento deste. Os entrevistados ressaltam a importância da participação da EMATER/RS pela permanência das famílias no meio rural através de ações visando à viabilidade econômica e social da unidade de produção.

(...) eu saio um pouco de dentro da minha propriedade e venho para minha comunidade, é uma colônia, são propriedades pequenas em torno de quarenta hectares e eu volto a dizer a participação da Emater na economia destas propriedades, na viabilidade técnica e econômica que tanto muitas famílias continuam neste lugar graças a intervenção da extensão rural. E6

O processo de modernização da agricultura brasileira passa pelo acesso ao crédito, principalmente o Pronaf que constitui na principal política agrícola para a agricultura familiar e permite aos mesmos o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional até então negligenciados.

Assim, os produtores buscam o serviço da EMATER/RS na elaboração de projetos de custeio de lavouras e investimento para a unidade de produção. Essas propostas são encaminhadas aos agentes financeiros para serem contratados.

Com frequência, eu busco as vezes quando eu preciso de um projeto técnico pra um financiamento no banco, tenho me valido desse serviço da EMATER e quando tenho dificuldade técnica eu sou agrônomo, na área de veterinário me socorro com relativa frequência do pessoal da EMATER. E7

A fala do entrevistado E7 é de um agricultor com formação de ensino superior, na área das agrárias, que utiliza o crédito rural junto ao agente financeiro, para tanto é condição que o projeto técnico apresente capacidade de pagamento do proponente e viabilidade técnica e econômica da atividade proposta. No trecho final fala que busca orientação técnica agrônômica e veterinária.

4.4 A Visão da Extensão Rural Atual

Na epígrafe deste trabalho registramos uma manifestação crítica do jornalista Juremir Machado: “ (...) a cada quatro anos troca de ideologia, de método e de programa” referindo-se ao estado do Rio Grande do Sul , mas que vale para o município e o país. Fazendo referencia ao processo eleitoral que após a troca dos gestores públicos, há uma tendência desses de não dar continuidade aos programas inclusive aos bem sucedidos executados pelos seus antecessores com consequências nas orientações e atribuições do serviço de extensão rural oficial.

Essa avaliação é comentada por um dos entrevistados quando perguntado como deveria ser a extensão rural e responde referindo-se a essa reflexão:

A cada vez que se troca um governo se perde um plano, se perde um projeto e começam novos planos, se começam novos projetos e o fato de trocar um governo, de trocar de sigla, de trocar de mandatário não significa o que esta sendo feito que esteja tudo errado e nem que esteja tudo certo e o pessoal da extensão fica dentro deste fogo cruzado escutando as vezes uma verdade daqui a pouco outra verdade eu gostaria que se os planos quando fossem bons que fossem mantidos ainda que se trocasse de sigla. E7

4.5 A Educação Não Formal

Observando os depoimentos dos entrevistados todos reconhecem a contribuição do serviço educativo da extensão rural oficial orientado para jovens e adultos, de caráter não formal, integrando e interagindo às famílias através do uso de métodos pedagógicos individuais: visitas e grupais como reuniões, curso/capacitações como pode ser percebido nas manifestações a seguir:

Foi o curso de queijo (EMATER) né, que a gente fez e que foi bastante produtivo para nós. Eu adotei na propriedade. E6

(...) a EMATER tem feito cursos para a melhoria da qualidade do leite eles tão dando assistência nesse sentido as empresas tão pagando por qualidade quanto melhor a qualidade melhor o produtor vai ser remunerado. E3

Esses procedimentos metodológicos são no sentido de aprendizagem de uma habilidade (inseminação, confecção de queijo), em adquirir conceitos ou entender determinado assunto (melhoria da qualidade do leite).

Percebemos que existem diferentes objetos de aprendizagem, de acordo com a situação apresentada. O entrevistado E6 aprendeu a confecção de queijo, já o entrevistado E3 necessitou de técnicas com vista a melhoria da qualidade do leite.

O produtor sente necessidade de resolver um problema seja por motivação espontânea, seja por motivações induzidas por outros agentes ou situações, como o extensionista.

Olha aqui tá bom é importante a assistência da EMATER porque o produtor consegue trabalhar sendo orientado tendo uma assistência técnica porque as vezes a gente não sabe como trabalhar e com a assistência a gente consegue desenvolver melhor . E5

Podemos entender que a aprendizagem é um processo qualitativo, há uma transformação estrutural da inteligência do sujeito. Ela se realiza no próprio aprendiz (produtor) e é parte essencial de seu desenvolvimento.

Conforme manifestação abaixo, o entrevistado E4 identifica que ocorrem processos interativos intencionais entre o extensionista rural e a comunidade local. A intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

(...) então a extensão ela vai até o produtor vai quebrando essas barreiras, então as pessoas vão perdendo o medo vão vendo o que tem a disposição, vão vendo que as pessoas estão dispostas ajudar então é muito importante. E4

Com relação ao serviço educativo prestado por alguma ONG não houve por parte dos entrevistados nenhuma referencia, exceção a uma cooperativa que participou em conjunto com a EMATER/RS de uma campanha de conservação de solo.

Sem EMATER pra mim, aqui nos não conseguia trabalhar porque é difícil, pagar uma assistência particular não tem como, então neste ponto a EMATER é importantíssima. E2

A importância é que é um apoio sem custo dai a gente tem acesso. E4

Por fim, como pode ser verificado nos depoimentos acima, mais de um dos entrevistados sinalizou a relevância para a gratuidade do serviço de extensão rural, de caráter não formal, realizado pela EMATER/RS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou entender, a partir da análise e informações, a contribuição da extensão rural oficial na apropriação do conhecimento, aprendizagem, no espaço da agricultura familiar, sujeito investigado, em comunidades rurais do município de Bagé, considerando a extensão como um sistema de educação não formal.

Pudemos perceber que ao completar seis décadas de existência, a EMATER/RS se consolida enquanto principal serviço de extensão rural, bem como o grupo social analisado defende a necessidade de uma extensão rural pública, gratuita e de qualidade para a agricultura familiar.

Um aspecto que preocupa bastante é que a extensão desde sua criação foi pautada por processos de mudanças, correspondendo aos modelos econômicos e de políticas definidas pelos gestores públicos do estado do Rio Grande do Sul.

No que se refere à atividade produtiva nas unidades de produção familiar analisadas é marcada predominantemente pela produção de leite.

Por outro lado à categoria social analisada está deixando de ser vista pelos administradores públicos apenas pelo olhar produtivista como também pela ocupação social de um território quando da implantação de políticas públicas.

O que pudemos perceber é que a hierarquização e validação das ações da extensão rural junto às comunidades rurais são mais sustentáveis quando se utiliza às técnicas participativas que se caracterizam pelo princípio de facilitar ou organizar o diálogo, o debate entre extensionista e agricultores dentro da comunidade rural, como o intitulado Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que utiliza um conjunto de técnicas participativas que permite à comunidade realizar seu próprio diagnóstico, permite a reflexão, a compreensão da realidade e a busca de soluções compatíveis com o universo de diferentes grupos de agricultores familiares.

Sobre o fazer pedagógico, por meio da extensão rural, no processo ensino-aprendizagem, a seguir comentamos algumas deduções a respeito.

O produtor sente necessidade de resolver um problema seja por motivação espontânea, seja por motivação induzida por outros, como o extensionista. Como registramos, em análise de resultados, o problema pode consistir em dominar uma operação (inseminação), em adquirir conceitos ou em entender determinado assunto técnico. Podemos concluir então, que a aprendizagem nasce de uma solução problema própria, ou induzida.

Vemos igualmente que aprendizagem pode ser entendida como a modificação consciente da conduta através de um processo acumulativo de conhecimentos e de experiências.

Há uma tensão no papel do extensionista, no processo de desenvolvimento rural, entre pautar pela estratégia difusionista, transferência de tecnologia, de extensão rural ou por uma proposta dialógica, uma relação social em que os atores envolvidas, extensionista e agricultores, dialogam e comunicam.

Seria um simplismo entender, que a as atribuições de extensão rural convencional se resumem a “transferir pacotes de técnicas”. Mas a questão está na relação do difusionismo como processo influenciador da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com a postura pedagógica utilizada que estimula o uso de técnicas de ensino-aprendizagem, sob dois aspectos: a ação de indução sobre os indivíduos entendidos como objetos do processo, visando à sua mudança comportamental, em favor de adoção de novos padrões tecnológicos e para as ações intervencionistas no contexto cultural dos agricultores.

Concluimos, acreditando que cada um tem a capacidade de refletir sobre suas próprias experiências e concepções em termos de intervenção pedagógica. Evidentemente, a própria forma com que expressamos nossas reflexões determina um assumir postura, pois não existe a neutralidade.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. *Revista Espaço Acadêmico*, n.89, 2008. Disponível em: / <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89andrioli.pdf>>. Acesso em: 26 de outubro de 2015.

EMATER/RS, Diagnóstico e Análise Participativa, Porto Alegre. 2002.

EMATER/RS, Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR, Porto Alegre, 2002.

FLORES, M. Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, D M. de A WILKINSON, J. (Org.). Inovações nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq. p. 347-360.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire, 25° Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C., Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GERHARDT, T. E. e SILVEIRA, D. T.(Org.) Métodos de pesquisa; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN, M. G. Educação não-formal na pedagogia social. Anais do 1° Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2006. Disponível em: < <http://www.proceedings.scielo.br>>. Acesso em: 18 de maio de 2015.p.1-10.

LAMARCHE, H (Coord..) A agricultura familiar: comparação internacional. Do mito à realidade; tradução: Frédéric Bazin. Campinas, São Paulo. 1998.348 p.

MINAYO, Maria Cecília Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação. Textos para discussão 48, Brasília, outubro/2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conlegtextos_discussao/texto48marcuspeixoto.pdf> Acesso em: 22 de maio de 2015.

SCHNEIDER, S.;CAZELLA,A.A.;MATTEI,L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.;SILVA,M.C.;MARQUES,P.E.M.(Org.) *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre:Ed.Universidade/UFGRS,2004,p.21-49.

APÊNDICE

Pesquisa de campo - Entrevista

Grau de instrução:

Idade:

Sexo:

1. Quais as atividades desenvolvidas na propriedade?
2. A população rural requer políticas públicas adequadas as suas necessidades, diferentes das encontradas no meio urbano. Cite alguma.
3. Como o senhor (a) vincula que determinado conteúdo foi proporcionado pela extensão rural? Por exemplo: Higiene do leite: EMATER/RS x Globo Rural
4. Como você avalia o serviço de extensão rural realizado pela EMATER/RS?
5. Que contribuições (melhoramento social e econômico) a EMATER/RS trouxe à sua família e a propriedade?
6. Quando o senhor (a) busca o serviço de extensão rural da EMATER/RS?
7. Qual a sua visão a respeito do papel da extensão rural no processo de desenvolvimento?
8. Que diferenças básicas o senhor identifica entre a extensão rural oficial e a praticada por ONG?
9. Qual a importância de um sistema de extensão rural oficial?
10. Quanto tempo você trabalha como produtor na área rural?
11. Quais as principais dificuldades que encontra para realizar o seu trabalho no dia-a-dia?
12. Como o senhor (a) vê atualmente, o serviço extensão rural?
13. Em sua opinião como deveria ser o serviço de extensão rural?

Termo de consentimento livre e esclarecido

Título da pesquisa: Educação não formal, contribuição da extensão rural oficial no espaço da agricultura familiar

Pesquisador responsável: Francisco Alves da Fonseca e Gonçalo (053)81467988

E-mail: fran-fon@bol.com.br

Orientador: Gilnara da Costa Corrêa Oliveira Telefone: (053)99766995

E-mail: gilnara.oliveira@unipampa.edu.br

Instituição: Universidade Federal do Pampa.

A pesquisa integra o objeto de estudo de um projeto de trabalho de conclusão de Curso de Licenciatura em Letras do pesquisador e tem como objetivo compreender como ocorre a apropriação do conhecimento por parte do produtor através da extensão rural como educação não formal, no município de Bagé, RS.

Para a realização deste estudo, será realizada entrevista semi-estruturada. Após a transcrição, as entrevistas posteriormente serão analisadas, sendo garantida a privacidade dos participantes e o caráter confidencial das informações obtidas. A descrição do estudo será apoiada nos dados coletados por meio das entrevistas e na fundamentação teórica que permitirá trabalhar com diferentes realidades vivenciadas pelos participantes.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como informante. Fui informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a mesma, os procedimentos nela envolvidos, os direitos de receber qualquer outro esclarecimento sobre a pesquisa, de retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo e de não ser identificado, além de ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade, se não emitir expressa autorização em contrário. O uso de gravador de voz será utilizado com a minha permissão, com finalidade documental. Declaro, ainda, que fui informado do endereço e das formas de contato com o pesquisador e com a orientadora, caso desejar esclarecer qualquer dúvida (Av. Maria Anunciação Gomes de Godoy nº1650 Bairro Malafaia, 110, bloco nº2, sala 2108, Bagé, RS).

Nome do participante: _____

Data de recebimento: ____/____/____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador